

Sumário

Prefácio.....	XV
Introdução.....	1
Capítulo I – O Cooperativismo no Direito Brasileiro.....	9
1.1. A Origem do Cooperativismo em sua Vertente Creditícia	9
1.1.1. A origem do cooperativismo de crédito no Brasil	16
1.2. A Legislação Cooperativista.....	19
1.2.1. O cooperativismo nas primeiras legislações internacionais	20
1.2.2. As primeiras legislações brasileiras sobre o cooperativismo.....	22
1.2.3. O Cooperativismo na legislação brasileira contemporânea	26
1.2.3.1. O cooperativismo na Constituição Federal de 1988	28
1.2.3.2. O Cooperativismo no Código Civil e na Lei n. 5.764/71	34
Capítulo II – As Sociedades Cooperativas.....	39
2.1. A Natureza Jurídica das Sociedades Cooperativas	39
2.1.1. Sociedades x Associações.....	40
2.1.2. Sociedade Empresária x Sociedade Simples.....	43
2.1.3. A natureza jurídica própria das sociedades cooperativas	46
2.2. Características das Sociedades Cooperativas	49
2.2.1. Do reconhecimento e da natureza jurídica	54
2.2.2. Variabilidade ou dispensa de capital social	56
2.2.3. Adesão voluntária, número mínimo e ilimitado de sócios.....	57
2.2.4. Limitação da aquisição de quotas	59
2.2.5. Intransferibilidade de quotas-parte a terceiros	61
2.2.6. Quórum da Assembleia Geral baseado no número de sócios presentes, e não no capital representado	62
2.2.7. Voto unitário	63
2.2.8. Distribuição dos resultados: retorno das sobras ou excedentes e a atribuição de juro fixo ao capital realizado.....	65
2.2.9. Indivisibilidade do fundo de reserva e do FATES entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.....	68

2.2.10. Das demais características previstas na Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971	70
2.3. Valores Fundamentais do Cooperativismo	71
2.4. A Responsabilidade dos Cooperados e Administradores das Sociedades Cooperativas	74
Capítulo III – O Cooperativismo de Crédito no Sistema Financeiro Nacional	79
3.1. Definição de Sociedades Cooperativas	79
3.1.1. Sociedades cooperativas: definições da doutrina e da Lei n. 5.764/71	80
3.1.2. Classificações possíveis das sociedades cooperativas.....	83
3.1.2.1. Cooperativas singulares.....	85
3.1.2.2. Cooperativas centrais ou federação de cooperativas.....	85
3.1.2.3. Confederações de cooperativas	86
3.1.2.4. A classificação das cooperativas em relação ao objeto	87
3.1.2.5. A classificação com fulcro na qualidade dos associados	88
3.2. Definição de Sociedades Cooperativas de Crédito e seu Enquadramento como Instituição Financeira	89
3.2.1. Das distinções entre as cooperativas de crédito e os bancos comerciais ...	94
3.2.2. Os Bancos Cooperativos.....	97
3.2.3. A classificação das cooperativas de crédito singulares na Resolução 4434, de 5 de agosto de 2015 e de acordo com os tipos de associados	100
3.3. A Função Social do Cooperativismo de Crédito e seu Papel no Desenvolvimento Socioeconômico Nacional	103
Capítulo IV – A Regulação Jurídica do Cooperativismo de Crédito.....	109
4.1. Fundamentos da Necessidade de Regulação e Supervisão do Cooperativismo de Crédito	109
4.2. Regulamentação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	113
4.2.1. O Conselho Monetário Nacional	114
4.2.2. O Banco Central do Brasil	118
4.2.3. A Comissão de Valores Mobiliários	122
4.3. Os Fundos das Cooperativas de Crédito e seu Tratamento Legal	124
4.3.1. O Fundo de Reserva das sociedades cooperativas	125
4.3.2. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.....	127
4.3.3. O Fundo Garantidor do Cooperativismo – FGCoop.....	129

Capítulo V – O Ato Cooperativo nas Cooperativas de Crédito.....	135
5.1. O Problema Hermenêutico do Ato Cooperativo na Legislação Brasileira.....	135
5.2. O Sentido e Alcance da Expressão “Ato Cooperativo”	139
5.2.1. Os atos cooperativos praticados com terceiros.....	144
5.2.2. O ato intercooperativo	147
5.3. Os Atos Não Cooperativos.....	148
5.4. O Ato Cooperativo na América Latina.....	152
5.4.1. O ato cooperativo no Projeto de Lei Marco para as cooperativas da América Latina.....	155
5.5. O Ato Cooperativo na Visão da Jurisprudência Brasileira	157
5.6. O Ato Cooperativo nas Cooperativas de Crédito: Um Paradigma.....	162
Capítulo VI – O Adequado Tratamento Tributário do Ato Cooperativo	169
6.1. Considerações Preliminares: Imunidade, Isenção, não Incidência e Benefício Tributário.....	169
6.1.1. Imunidade tributária	170
6.1.2. Isenção tributária.....	172
6.1.3. A não incidência e alíquota zero	175
6.1.4. Benefícios ou Incentivos Fiscais.....	177
6.2. O Papel da Lei Complementar em Matéria Tributária	179
6.2.1. A lei complementar no ordenamento jurídico	180
6.2.2. A lei complementar em matéria tributária	183
6.3. O Conteúdo da Lei Complementar que Disporá sobre o Adequado Tratamento Tributário do Ato Cooperativo.....	186
6.3.1. A igualdade e a capacidade econômica do contribuinte no contexto das sociedades cooperativas	188
6.4. O Adequado Tratamento Tributário do Ato Cooperativo.....	192
6.4.1. O adequado tratamento tributário do ato cooperativo praticado pelas cooperativas de crédito e a necessidade de um fundo próprio para os atos não cooperativos.....	197
6.5. Uma Análise Projeto de lei Complementar N.271/2005.....	199
Capítulo VII – Tributação das Sociedades Cooperativas de Crédito:	
A não Incidência de Alguns Tributos	205
7.1. A Natureza Jurídica Própria das Sociedades Cooperativas e as Normas de Tributação	205
7.2. O Imposto de Renda das Sociedades Cooperativas	207

7.2.1. Os regimes de apuração do IRPJ	212
7.2.2. O tratamento jurídico das receitas auferidas pelas sociedades cooperativas face o imposto de renda.....	215
7.2.3. O tratamento jurídico dos resultados positivos das sociedades cooperativas	217
7.2.4. A inaplicabilidade da Súmula 262 do STJ às Cooperativas de Crédito.....	220
7.3. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.....	226
7.3.1. A Contribuição Social sobre Lucro Líquido nas Sociedades Cooperativas	230
7.4. O Pis/Cofins.....	233
7.4.1. A não incidência do PIS/COFINS nas sociedades cooperativas de crédito	237
7.5. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.....	241
7.5.1. O IOF nas cooperativas de crédito.....	248
7.6. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.....	254
7.6.1. O ISSQN nas sociedades cooperativas de crédito	256
Considerações Finais	263
Referências bibliográficas.....	269
Referências Legislativas.....	283
Referências jurisprudenciais	289